

A CITAÇÃO NA ESCRITA ACADÊMICO-CIENTÍFICA: DA REPRODUÇÃO FIEL DE PALAVRAS AO DESAFIO DA REFORMULAÇÃO DO DIZER

José Cezinaldo Rocha BESSA¹

Todo aquele produtor cuidadoso na escrita de textos especializados tem a convicção clara de que saber citar é um aprendizado essencial. Não falo do simples ato de citar por citar, nem tanto do citar com maestria. Falo do citar como um exercício consciente, partindo da compreensão de que da opção do assumir ou não essa postura decorrem dois procedimentos: o de se reformular, de dizer com as próprias palavras o dito por outrem, e o de simplesmente se reproduzir fielmente esse dito.

Embora o citar seja constitutivo da linguagem humana, como marca do dialogismo linguístico – de que fala o filósofo da linguagem russo Mikhail Bakhtin –, já que vivemos reproduzindo a fala do colega, do amigo, do professor, de todos aqueles com quem se mantém diálogo – seja real, seja virtual – o saber citar na escrita acadêmico-científica é um enorme desafio para muitos pesquisadores produtores de textos. Não raro, no meio acadêmico, até mesmo pesquisadores experientes são tentados à reprodução *ipis literis* de textos lidos, ainda que por descuido.

Se na escrita de pesquisadores experientes a reprodução fiel de palavras de outrem se manifesta, para surpresa de alguns, com relativa frequência, esse procedimento é bem mais recorrente nos textos de estudantes em processo de iniciação científica. Nos artigos científicos, nos ensaios, nos relatórios, nos memoriais, nas monografias, entre outros, a reprodução fiel de palavras e de construções linguísticas que se manifestam desde porções textuais menores (trechos, frases e períodos) até as porções textuais maiores (capítulos inteiros) tem se tornado uma prática bem corriqueira. E não é somente sob a forma de discurso direto, forma canônica de reprodução fiel de palavras. Esse fenômeno tem se manifestado também mascarado sob outras formas de citar, como, por exemplo, o discurso indireto e a modalização em discurso segundo. No exemplo abaixo, transcreve-se um fragmento recortado de um artigo científico escrito por um aluno de iniciação científica para ilustrar um caso do que Maingueneau (1996, 2002) denomina de modalização em

¹ Professor Assistente I do Departamento de Letras, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte/Campus de Pau dos Ferros, RN. Líder do Grupo de Pesquisa em Produção e Ensino do Texto (GPET). cezinaldobessa@uern.br

discurso segundo, uma forma de citação (recorrente em textos acadêmico-científicos) que indica que aquele que enuncia está se apoiando em um outro discurso e que delega a responsabilidade pelo dito ao enunciador desse outro discurso. Cabe esclarecer que, embora o discurso indireto e a modalização em discurso segundo sejam muito parecidos, já que implicam em reproduzir com as próprias palavras o dito por outrem, eles apresentam diferenças formais: enquanto o discurso indireto tem como introdutor uma oração subordinada substantiva objetiva direta introduzida por verbo *dicendi*, a modalização em discurso segundo tem como introdutores grupos preposicionais (*conforme X, segundo Y, de acordo com X*, entre outros).

TEXTO 01	TEXTO 02
<p>[...] Para esse autor, as atividades de retextualização não são mecânicas, <u>ao contrário, são rotinas com que lidamos o tempo todo nas sucessivas reformulações dos mesmos textos numa intrincada variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos.</u> De acordo com Marcuschi (2002:48), “toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações <i>ipsis verbis</i>, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra.”</p>	<p>[...] De acordo com esse autor, a retextualização não pode ser compreendida como um processo que envolve atividades mecânicas, <u>mas sim como rotinas com que lidamos constantemente nas sucessivas reformulações dos textos, numa complexa variação de registros, gêneros textuais, níveis linguísticos e estilos.</u> Para Marcuschi (2001, p. 48), “toda vez que repetimos ou relatamos o que alguém disse, até mesmo quando produzimos as supostas citações <i>ipsis verbis</i>, estamos transformando, reformulando, recriando e modificando uma fala em outra”.</p>

Uma leitura atenta do exemplo acima permite observar que, salvo alteração de um ou outro termo, o que se sobressai mais nitidamente é a reprodução fiel, no texto 02 (texto reproduzido), de trechos do texto 01 (texto fonte), inclusive da mesma citação direta, que difere de um texto para outro apenas na forma de introduzi-la (em vez de *de acordo*, use-se *para*). Daí pode-se perguntar: trata-se, de fato, de uma modalização em discurso segundo o trecho sublinhado no texto 02? Não estaria mais para uma reprodução fiel de palavras, já que se caracteriza mais propriamente como uma repetição da compreensão que o autor do texto 01 teve da leitura do texto lido (no caso, o texto de Marcuschi)? Entende, aqui, que sim, e, por decorrência, entende-se que tal procedimento configura um caso de plágio.

Não se quer com isso colocar em questão o uso de uma ou outra forma de citar ou a quantidade delas, até porque, conforme Santos (2000), o bom senso manda sempre evitar extremos. Argumenta-se, pois, seguindo Santos (2000), pela necessidade mesmo de se

evitar extremos, considerando-se que não há regras que determinem a quantidade adequada de citações em um texto original e também porque não se pode assumir que uma dessas formas seja mais adequada. De certo, não é de bom grado um texto acadêmico-científico, especialmente quando escrito por um iniciante na produção científica, que não expresse apoio explícito em outras autoridades, pois, como postula Santos (2000), corre-se o risco de se escrever um texto meramente opinativo. Assume-se, igualmente, que não é de bom grado um texto acadêmico-científico se construir com excesso de citações, porque aí ele terá pouca ou nenhuma contribuição pessoal do seu autor, porque pode causar a impressão de colcha de retalhos. É, pois, o texto acadêmico-científico que se tece com remendos de excesso de citações, e principalmente de citações diretas, que mais incomoda a qualquer leitor mais exigente. Incomoda, sobretudo, pelo fato de se entender que o uso de citações deve favorecer o reforço, o esclarecimento, a explicação de ideias expressas pelo autor do texto, funcionando como “suporte à construção dos argumentos no corpo do trabalho” (NUNES, 1986, apud. SANTOS, 2000, p. 93) e não como ideias principais, ditando as tramas do tecido textual.

O que se põe em questão é, portanto, o fato de se relegar o procedimento de reformulação, de querer dizer com as próprias palavras o que o outro disse, em detrimento do mero exercício de reprodução fielmente desse dizer, posto que isso representa, portanto, afastar-se do ato de pensar, de expressar uma compreensão própria do lido, em outras palavras, significa deixar de manifestar uma atitude reflexiva e consciente.

Não se quer com isso condenar aqueles pesquisadores iniciantes que se limitam a reproduzir o dito por outrem, até porque se algumas vezes fazem isso por descuido ou de modo intencional, outras tantas vezes o fazem por desconhecimento. Na verdade, a reprodução de palavras de outrem nos textos acadêmico-científicos de pesquisadores, principalmente naqueles textos de pesquisadores iniciantes, revela-se, antes de tudo, um convite à reflexão sobre as práticas de ensino do texto acadêmico, mais notadamente denuncia um certo descuido para com o ensino das convenções inerentes a essa escrita, especialmente das convenções que recobrem o de citar o dizer de outrem.

Acredita-se, pois, que somente quando professores do ensino superior passarem a enxergar a complexidade do fenômeno da citação no texto acadêmico-científico – não a concebendo pelo viés meramente técnico nos moldes expressos pelos manuais de metodologia científica – e assumirem um compromisso com um ensino mais sistemático das formas de citar, como defendem Bessa e Bernardino (2011) e Bessa, Bernardino e

Nascimento (2011), é que pesquisadores iniciantes na produção científica poderão se afastar da reprodução fiel do dizer do outro e, por conseguinte, das constantes acusações de plágio que recaem sobre os textos que escrevem. Sob esse ponto de vista, advoga-se, portanto, que o compromisso do professor e/ou do professor/orientador é, antes de tudo, com o ensinar ao aluno a reformular o dito por outrem, incentivando-o a assumir-se como senhor de seu discurso. O compromisso do professor e/ou do professor/orientador não é, assim, o de simplesmente cobrar que o aluno escreva dentro dos padrões esperados ou de condená-lo de plágio, sem antes tê-lo ensinado como se faz.

Somente quando se começar a caminhar nessa direção é que pesquisadores menos experientes passarão a fazer uso mais consciente das palavras do outro e a escreverem textos acadêmico-científicos comunicativamente relevantes e bem sucedidos, lançando-se mais produtivamente no universo da ciência e da veiculação do saber produzido. Esse é o grande desafio que se impõe aos profissionais do ensino superior.

Referências

BESSA, J. C. R.; BERNARDINO, R. A. dos S. A Referência ao discurso do outro em textos acadêmicos de estudantes de curso de Letras/Português. CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 7, 2011, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2011, p.2068-2081.

_____. NASCIMENTO, I. A. de A. Formas de retomada de discurso citado na construção de sentidos em textos acadêmicos. **Intersecções**, ano 4, n. 1, p. 17 – 38, Jundiaí, 2011.

MAINGUENEAU, D. **Elementos de linguística para o texto literário**. Trad. Maria Augusta Bastos de Matos; revisão da tradução Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. Trad. de Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. São Paulo, Cortez, 2002.

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A editora, 2000.